

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO DO LIVRO: “SALA DOS SUPLÍCIOS: O dossiê do caso Clodimar Pedrosa Lô”. Maringá: Editora Clichetc, 2017.

Há fatos que acontecem em nossas vidas que nos marcam para sempre, principalmente, quando ocorrem na nossa adolescência. São momentos de imensos questionamentos sobre o que é justiça, diferenças sociais e de críticas a certas posturas de autoridades que deveriam manter a segurança pública e não tomar atitudes impensadas e sem investigações profundas sobre aqueles que, por alguma razão, estão sob suspeitas.

Aos quatorze anos de idade, na tarde do dia 26 de novembro de 1967, assisti a uma *tragédia anunciada*. Morando na zona 2, próximo ao cemitério municipal, pude acompanhar de perto o cortejo que se dirigia pela Avenida Cerro Azul. Segui até o local onde seria sepultado o menino Clodimar. Quando tomei ciência dos fatos, houve em mim uma mistura de tristeza, raiva e medo. Tristeza pela forma estúpida da morte de um adolescente; raiva pelo comportamento animal daqueles que deveriam proteger o povo; medo por estar vivendo em uma cidade onde, a qualquer momento, eu mesmo poderia ser a próxima vítima nas mãos de policiais incautos e assassinos.

Todavia, mais acontecimentos trágicos estavam por vir, referentes àquela morte. Passados quase três anos, na manhã

de 15 de outubro de 1970, Sebastião Pedrosa Lô, o pai de Clodimar, descarrega seu revólver em Atílio Farris, gerente do Palace Hotel, considerado por ele como o principal responsável pela morte do menino. Desde aquele instante, nasceu em mim o espírito investigativo e, ávido por justiça, iniciei a coleta de informações, além de fotografar locais importantes para que, mais tarde, tudo isso se tornasse um livro. Um livro que pudesse ser uma espécie de *legado* para a sociedade, não no sentido de atacar a corporação policial, mas, para evitar que profissionais desqualificados permaneçam em seus postos, e uma espécie de alerta para que a Justiça, de modo geral, analise com mais parcimônia todos os casos que lhes são apresentados.

Após esse ato, de um pai desesperado pela morte do filho, os anos que se sucederam foram marcados pela batalha jurídica travada pelos advogados de Sebastião Pedrosa Lô, para livrá-lo da cadeia. Levado a júri por três vezes (nos dois primeiros, os jurados acolheram a tese de coação moral irresistível e, no terceiro júri, a de legítima defesa da honra) Sebastião é absolvido. É o fim de dois anos e nove dias na cadeia.

Muito tempo depois, por volta de 1987, entrevistei o Sr. Sebastião Pedrosa Lô e seu irmão Oésio Araújo Pedrosa perguntando-lhes o que eles gostariam de deixar registrado no livro que seria publicado sobre a tragédia ocorrida com Clodimar. Eles enfaticamente disseram: “fazer com que o maringaense não se esqueça dessa página negra que ficou e

ficará sempre gravada na história de Maringá. Tornando-se uma das passagens que mais sensibilizou o maringaense e que nós, a família, ainda hoje, nos sentimos sensibilizados e gratos pela cobertura que os radialistas e jornalistas deram na época, bem como pelo apoio do povo naquele momento difícil”.

Assim como observaram os irmãos Sebastião e Oésio, é importante lembrar que a imprensa, escrita e radiofônica, como *O Jornal de Maringá* (no qual fui repórter), *Folha do Norte do Paraná*, *Rádio Atalaia*, *Rádio Cultura* e *Rádio Difusora*, todos, em plena ditadura militar, foram fundamentais não só na cobertura pontual do assassinato de Clodimar, mas também para a descoberta e divulgação de outros casos de torturas e mortes que grassavam impunes nos porões da delegacia de polícia de Maringá, expondo toda a sua podridão.

Agora, cinquenta anos após aquela fatídica noite de 23 e início da madrugada de 24 de novembro de 1967, o jovem escritor Miguel Fernando reedita seu livro, convidando-me a prefaciá-lo. Confesso que fiquei extremamente honrado com o convite e, ao mesmo tempo, orgulhoso pela qualidade de sua obra, pois lhe confiei todos os documentos que eu havia organizado por décadas.

Pesquisador exigente e incansável, Miguel Fernando demonstrou ser detalhista, metódico e inquieto; virtudes próprias de um profissional desse quilate que, obstinado por encontrar respostas às suas dúvidas foi à exaustão e não mediu esforços até reunir todos os documentos para escrever

uma obra dessa envergadura. Neste livro, o leitor atento vai se emocionar pelos relatos verdadeiros, escritos em linguagem simples e objetiva. Haverá nele, momentos comoventes, trágicos e, ao mesmo tempo, revoltantes que ficarão marcados não só para a Cidade Canção (Maringá), mas também àqueles que se interessam por esses assuntos.

Roldão Alves de Moura

Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, é Mestre e Doutor em Direitos Difusos e Coletivos pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES. Pós-Doutorando em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra – Portugal, é professor de Direitos Difusos e Coletivos e de Direito Empresarial na Universidade Nove de Julho – UNINOVE em São Paulo – Capital.